



VEREDAS

Revista de Estudos Linguísticos

Programa de Pós-Graduação em Linguística - UFJF



Operação lógica de restrição: Um estudo semiolinguístico com os conectores *mas*, *embora*, *mesmo* e *apesar de*

Marcilene da Silva Nascimento Cavalcante*

RESUMO: Este trabalho apresenta um estudo sobre as operações lógicas com ênfase na operação denominada de restrição, conforme Patrick Charaudeau propõe na sua Gramática de Sentido e de Expressão (1992). O principal objetivo foi investigar os contextos linguísticos em que os conectores, *mas*, *embora*, *mesmo* e *apesar de* estão presentes. No embasamento teórico foram consultados vários autores como Monnerat (2001), Machado (2005), Corrêa-Rosado (2016). As análises comprovaram que os conectores, *mas*, *embora*, *mesmo* e *apesar de* promovem a ocorrência das operações lógicas de restrição.

Palavras-chave: Operações lógicas; Restrição; Conectores.

Introdução

O artigo apresentado traz ao longo do texto uma abordagem teórica sobre os principais postulados da Semiologia como, o ato de linguagem, semiotização do mundo, situação de comunicação, sujeitos do ato de linguagem, modos de organização de discurso, entre outros. Ao final, apresentam-se as operações lógicas com ênfase na operação denominada de restrição segundo Patrick Charaudeau propõe na sua Gramática de Sentido e de Expressão (1992). Para o estudo foram usadas amostras de reportagens de dois jornais do Estado do Amazonas em que se fez o recorte dos articuladores, *mas*, *embora*, *mesmo* e *apesar de*, principais marcas linguísticas da restrição.

O principal objetivo do estudo foi investigar os contextos linguísticos em que o uso dos conectores, *mas*, *embora*, *mesmo* e *apesar de* propicia a ocorrência da operação lógica de restrição conforme a teoria semiolinguística. Para o embasamento teórico, foram consultados vários autores como Monnerat (2001), Machado (2005), Corrêa-Rosado (2016) e textos traduzidos do próprio Charaudeau, destacando as obras Linguagem e discurso: modos de organização (2016) e Gramática de Sentido e de Expressão (1992). A partir das amostras coletadas foram feitas as análises que comprovaram a ocorrência das operações lógicas no gênero reportagens, quando se faz o uso dos referidos conectores.

Por fim, o trabalho foi organizado em quatro subseções: primeiramente é apresentado um sintético esboço histórico da origem da Semiologia e em seguida explicam-se, os seus principais postulados, incluindo as operações lógicas. Na terceira subseção foram

* Doutoranda em Estudos de Linguagem. Universidade Federal Fluminense. Bolsista CAPES/FAPEAM. E-mail: marciletrasbc@hotmail.com.

descritos os caminhos metodológicos percorridos para a realização da pesquisa. Na última subseção foram feitas algumas considerações sobre o gênero textual e as análises de algumas amostras de reportagens nas quais é aplicada a restrição e por fim, fez-se uma breve retomada dos principais pontos abordados ao longo do texto e dos resultados alcançados com o estudo.

1. Semiologia: Breves abordagens teóricas

A Semiologia surgiu nos meados dos anos 80 a partir dos trabalhos desenvolvidos pelo francês Patrick Charaudeau e difere de outras vertentes da Análise de Discurso (AD) no que se refere às suas abordagens teóricas e aos seus procedimentos metodológicos.

As pesquisas de Charaudeau sofreram influências de outras abordagens teóricas como de Benveniste, Austin e Searle, Barthes, Bakhtin, Ducrot e outros. Charaudeau nos anos 80 era pesquisador do Centro de Análise de Discurso – CAD e seus estudos repercutiram no Brasil com a criação do Círculo Interdisciplinar de Análise de Discurso – CIAD na Universidade Federal do Rio de Janeiro; com a implantação do Núcleo de Análise de Discurso – NAD na Universidade Federal de Minas Gerais. O termo semiologia é definido por Charaudeau (2005, p.13) da seguinte forma:

Semio-, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação linguística para destacar que a matéria principal da forma em questão - a das línguas naturais.

Para a compreensão dessa proposta teórica é imprescindível que se tenha uma outra concepção de linguagem, distinta das formalistas, porque a linguagem do ponto de vista da Semiologia se configura no ato de linguagem que resulta de uma relação entre o que está explícito na forma e o implícito que provém das circunstâncias de produção/interpretação desse ato linguístico, o sentido. Assim sendo, a Semiologia é considerada uma teoria interdisciplinar por tratar da

análise de discursos variados, como o publicitário, o midiático, o literário, o telenovelistico, o político entre outros, e também na compreensão de problemas sociodiscursivos diversificados como os gêneros do discurso, a questão da imagem de si (o ethos retórico) e das emoções na linguagem (o pathos retórico), as representações sociais engendradas pela linguagem, entre outros. (CORRÊA-ROSADO, 2014, p. 3)

Isso decorre do fato de que para a Semiologia o ato de linguagem tem uma relação direta com o fenômeno psicossocial no qual ele se realiza. Isso significa que a linguagem não consiste somente em expressões linguísticas, mas tais expressões são interpretadas de formas não previstas. Ao propor essa relação entre o enunciado e o contexto social e cultural, a Semiologia possibilita uma interface com a Sociologia e, ao mesmo tempo, evidencia uma outra configuração de produção e interpretação de um ato de linguagem em que, conforme afirma Corrêa-Rosado (2014, p. 4), “concebe o seu objeto de estudo, o fenômeno linguístico, como o resultado de uma dupla dimensão, a dimensão

implícita e a dimensão explícita. ” Diante dessa configuração, tem-se um dos principais objetivos da Semiologia voltado para questionar os atos de linguagem, examinando “ o saber em comum que circula entre os protagonistas da linguagem, ou os ‘filtros’ utilizados pelos seres comunicantes, a fim de dar um sentido aos seus discursos, de adaptá-los às práticas sociais e comunicativas, ” explica Machado (1992, p. 26).

A proposta de Charaudeau, portanto, consiste na “análise que examina as condições de produção e de existência dos enunciados e os efeitos extralinguísticos que, paradoxalmente, o uso da linguagem busca obter” (MACHADO, 1992, p. 26). Logo, compreende-se que essa proposta concebe a linguagem como um processo interacional exigindo, dessa forma, que toda análise seja desenvolvida a partir da existência de práticas sócio-discursivas, que são desenvolvidas através do procedimento de semiotização do mundo.

A semiotização do mundo ocorre por meio de dois processos: o processo de transformação e o processo de transação. Charaudeau (2005, p.13) utiliza-se do esquema abaixo para explicar esses processos.

Figura 1: Procedimento de semiotização do mundo e seu duplo processo



Fonte: Charaudeau (1995) *apud* Corrêa-Rosado, (2014).

A partir do esquema de Charaudeau, entende-se que a ação do sujeito falante transforma o “mundo a significar” (o externo/referencial) no mundo significado (sentido). Dessa forma, o mundo significado é o objeto do ato de linguagem que possibilita a comunicação entre o sujeito falante e o seu destinatário. Como aponta Charaudeau (*apud* CORRÊA-ROSADO, 2014, p. 3)

Tais saberes nos são dados pelo fato de pertencermos a uma comunidade social e por partilharmos com os demais membros da comunidade as mais variadas experiências de ordem física, intelectual, afetivo, profissional, etc. Não satisfeitos em somente partilhar esses saberes, enunciamos-nos a todo momento em nossas trocas verbais.

O Processo de Transformação inclui basicamente quatro operações: primeiramente, é preciso que se convertam os seres do mundo em identidades nominiais, tem-se portanto, a identificação; em seguida é necessário que essas identidades tenham propriedades, características que as diferenciem de outras, que as especifiquem, tem-se a qualificação; além disso, essas identidades nominiais e descritivas agem sobre o mundo, sofrem ação, ou seja, fazem alguma coisa, portanto, assumem uma “identidade narrativa”; por fim, esses seres com suas qualidades agem sobre o mundo por algum motivo, assim, entende-se que existe uma “relação de causalidade” e que a sucessão de fatos no mundo pode ser explicada pelo processo de causação.

O Processo de Transação, por sua vez, segue quatro princípios: alteridade, pertinência, influência e regulação. a) o princípio de alteridade parte do pressuposto de que todo ato de linguagem é um ato de troca, entre dois parceiros que se reconhecem, ao mesmo tempo, como semelhantes e diferentes, porque cada um exerce um papel diferente no ato de linguagem; b) o

princípio de influência considera que o ato de linguagem é uma troca de dois parceiros, na qual o sujeito comunicante, ao produzir determinados discursos, estabelece como objetivo provocar um certo impacto sobre o sujeito interpretante; c) o princípio de regulação determina que é preciso estabelecer estratégias para que se conclua a troca comunicativa de forma exitosa; e d) segundo o princípio de relevância os sujeitos do ato de linguagem devem possuir um conhecimento compartilhado para falarem “sobre” e terem “direito à palavra. Cada um desses princípios constitui o que a Semiologia chama de contrato de comunicação. Charaudeau (2016, p. 56) explica que a “noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes ao mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais”. Ainda acrescenta que

o contrato de fala (...) é constituído pelo conjunto de restrições que codificam as práticas sócio-linguageiras e que resultam em condições de produção e interpretação (circunstâncias do discurso) do ato de linguagem. Esse contrato de fala dá um certo estatuto sócio-linguageiro aos diferentes protagonistas da linguagem, determinando suas falas [tradução nossa] (CHARAUDEAU *apud* CORRÊA-ROSADO, 2014, p. 13).

Para que haja entendimento do que foi dito é preciso esclarecer que todo ato de linguagem tem quatro sujeitos protagonistas: dois reais e dois fictícios que atuam no processo de produção e interpretação. Charaudeau (2016, p.44) explica da seguinte maneira:

O ato de linguagem não deve ser concebido como um ato de comunicação resultante da simples produção de uma mensagem que um Emissor envia e um Receptor. Tal ato deve ser visto como um encontro dialético entre dois processos: processo de produção, criado por um EU e dirigido a um TU –destinatário; processo de interpretação, criado por um Tu-interpretante, que constrói uma imagem EU’ do locutor.

Ciente de que o ato de linguagem é constituído de vários sujeitos, a Semiologia propõe o ato de linguagem como uma encenação, ou seja, “são representações linguageiras das experiências dos indivíduos que pertencem a um determinado grupo ou comunidade humana, enquanto sujeitos individuais e coletivos” (CHARAUDEAU, 2016, p. 63). Em outro momento, Charaudeau (2016, p. 68) explica que

“Comunicar” é proceder a uma encenação. Assim como, na encenação teatral, o diretor de teatro utiliza o espaço cênico, os cenários, a luz, a sonorização, os comediantes, o texto, para produzir efeitos de sentido visando um público imaginado por ele, o locutor – seja ao falar ou ao escrever – utiliza componentes do dispositivo da comunicação em função dos efeitos que pretende produzir em seu interlocutor.

Nessa perspectiva propõem-se os *possíveis interpretativos* que surgem (ou se cristalizam) no ponto de encontro dos dois processos de produção e de interpretação e que permitem reconhecer as flutuações de sentido das formas linguísticas. Desse modo, o ato de comunicação é composto por determinada situação de comunicação, modos de organização do discurso, língua e texto que se estruturam dentro do processo de produção e interpretação. Machado (2006, p. 18) esclarece que

Nessa ótica, notamos que todo ato de linguagem está inserido em um contrato, contrato este que se estabelece entre os parceiros da comunicação. Dito de modo bem simplificado, em uma aula, o contrato seria: o professor vai tentar ensinar algo, os alunos vão tentar aprender este algo. Em uma saída entre amigos, depois do trabalho, na sexta-feira, o contrato seria: a conversa vai “rolar”, “estamos aqui para nos divertir e vamos tentar evitar assuntos tristes”. Em um e-mail: escrevemos para alguém, de modo simplificado, para estabelecer um contato qualquer (dar ou solicitar uma informação, enviar um “oi”, etc.). No mercado ou na feira livre: o contrato seria: alguém vai no referido local, para comprar algo e busca alguém que tem esse algo (verduras, frutas) para lhe vender. Em uma publicidade: um objeto qualquer é mostrado, valorizado, para despertar o desejo de compra no leitor da publicidade (no caso, explicação também simplista do referido contrato).

Os componentes desse contrato de comunicação são três: o comunicacional, o psicossocial e o intencional. O comunicacional refere-se à finalidade do ato comunicativo e determina a presença do sujeito falante e o que vai dizer; o psicossocial determina a identidade dos sujeitos no “jogo comunicativo” e o intencional relaciona-se às circunstâncias em que se efetiva o ato de comunicação.

Para que toda essa teoria seja colocada em prática Charaudeau (1992) propõe em sua *Grammaire du Sens et de l'Expression* os Modos de organização do discurso: narrativo, enunciativo, descritivo e argumentativo. Assim, para alcançar o efeito desejado o locutor/enunciador lança mão de diferentes procedimentos discursivos que formam a categoria de gêneros.

É importante dizer que os gêneros discursivos não são correspondentes aos Modos de organização do discurso, na verdade, os gêneros resultam da combinação de vários modos de organização. Além disso, os modos não são independentes, pelo contrário, há uma interrelação entre eles. Desses modos, o modo Enunciativo tem uma função particular na organização do discurso, porque, segundo Charaudeau (2016, p. 74) “dar conta da posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros – o que resulta na construção de um aparelho enunciativo”, intervindo, portanto, nos demais modos de organização.

Os modos de organização do discurso para Charaudeau (2016, p. 74) são “procedimentos que consistem em utilizar determinadas categorias de língua para ordená-las em função das finalidades discursivas do ato de comunicação.” Portanto, cada um desses modos de organização tem uma função e um princípio de organização.

O enunciativo tem como função de base estabelecer a relação de influência entre os interlocutores, expor o ponto de vista do sujeito e retomar o que já foi dito. Seu princípio de organização prevê a posição em relação ao interlocutor, em relação ao mundo e aos outros discursos. Por isso, considera-se que o enunciativo comanda os demais modos de organização.

O descritivo funciona para identificar e qualificar os seres de maneira objetiva e/ou subjetiva e, portanto, consiste em nomear, localizar, qualificar. Sendo esse, seu princípio de organização.

O narrativo tem a função de construir a sucessão das ações de uma história no tempo, com a finalidade de fazer um relato. A encenação narrativa constitui-se de actantes e processos.

O modo argumentativo consiste em expor e provar casualidades numa visão racionalizante com o propósito de influenciar o interlocutor. Para que possa alcançar esse objetivo é utilizada uma organização da lógica argumentativa.

2. Modo de organização argumentativo: Operações lógicas

As operações lógicas são operações de pensamentos nas quais se constroem uma relação de interdependência entre duas asserções, ou seja, a existência de uma depende da existência da outra e vice-versa. É importante ressaltar que a Gramática Tradicional não trabalha com essa noção, o que se vê mais próximo disso é a noção de coordenação com as adversativas e de subordinação com as concessivas. O que difere da proposta semiolinguística. Compreende-se, portanto, que operação lógica é

[...] a operação que liga duas asserções sobre o mundo, de tal modo que a existência de uma dependa da existência da outra e inversamente. Essas duas asserções são unidas por um laço conceitual (e não formal), resultante de operações de pensamento que constroem as relações de sentido entre seres, propriedades e ações, daí essa relação ser chamada lógica. (MONNERAT, 2001a, p. 129)

Assim, observa-se que a questão semântica se sobrepõe à forma, que nem sempre se explicita dentro do discurso, que vem implicitamente nas entrelinhas. Para melhor compreensão dessa operação a professora Monnerat (2001a, p. 129-130) acrescenta que:

Existem três níveis de construção das relações lógicas: - cognitivo: onde se constroem os arquétipos lógico-linguísticos; - linguístico: em que a relação é especificada pelo sentido das marcas formais; - discursivo: em que o contexto e a situação de comunicação integram essa relação num dispositivo argumentativo, já que para Charaudeau a argumentação faz parte do discurso e não da língua.

Em outras palavras, os diferentes níveis se complementam e não se excluem, o que difere da visão gramatical que considera apenas a questão formal. Os efeitos contextuais e o sentido constituem elementos essenciais para a compreensão do discurso. Evidencia-se, entretanto, que a presença de articuladores textuais nas operações lógicas determina a construção da relação de sentido. Por isso, “A configuração linguística das relações lógicas se faz através de marcas formais: palavras gramaticais, palavras do léxico e certas construções particulares,” explica Monnerat (2001a, p.130).

Considerando as características de cada operação lógica, bem como os articuladores e as marcas formais, Charaudeau (1992, p. 497) propõe cinco categorias: a conjunção, a disjunção, a restrição, a oposição e a causalidade, esta última agrupando as subcategorias: implicação, explicação e hipótese.

A conjunção é uma operação que consiste em ligar internamente ou externamente as asserções, através de operações de adição, associação e reciprocidade. Nessa operação os efeitos contextuais são resultado de uma combinação de elementos que podem ter diferentes relações, dependendo das palavras. Os efeitos podem ser de equivalência, acréscimo, sucessividade, simultaneidade, restrição, oposição, consequência e aproximação.

(1) Pirlo havia anunciado há um mês que deixaria o futebol ao fim desta temporada com o New York City, o que aconteceu no último domingo. Nesta segunda-feira, ele divulgou uma carta para confirmar a decisão e agradecer todos aqueles que fizeram parte de sua trajetória no esporte. (Jornal O Diário do Amazonas, 6/11/2017)

O exemplo nos mostra a relação lógica de conjunção do tipo por adição em que dois elementos se combinam e provocam um efeito de acréscimo. Segundo a Gramática de Charaudeau, outros efeitos podem ser produzidos, dependendo das palavras em diferentes contextos.

A disjunção é uma operação não vista na Gramática Tradicional, e promove efeitos contextuais como equivalência, aproximação, oposição e consequência. A disjunção pode ser exclusiva ou inclusiva.

(2) Quanto você já gastou para comemorar o próprio aniversário ou de um filho? O engenheiro eletricitista Rui Barbosa, de 64 anos, já chegou a desembolsar R\$ 12 mil para celebrar a vida do "filho" dele, um cachorro da raça Pinscher chamado Mike Tyson Barbosa, ou “Nego Lindo”, que neste sábado (11) completou 3 anos. Para festejar a data, o engenheiro “fechou” um bar de amigos no bairro Alvorada 1, o Bar do Metal, na Zona Centro-Oeste da cidade. (Jornal A Crítica, 12/11/2017)

(3)

No caso exemplificado temos uma disjunção por exclusão com a presença do operador ‘ou’ que introduz um argumento alternativo. No caso o operador exclui necessariamente a verdade de uma das alternativas, em proveito da verdade da outra.

A restrição, por sua vez, é trabalhada pela Gramática Tradicional por meio das noções de coordenação, com as conjunções adversativas e subordinação, por meio das concessivas. Na restrição, há duas asserções ligadas de tal maneira que uma delas – normalmente a segunda – nega a asserção (quase sempre implícita) que poderia ser a consequência da primeira. Na restrição, o locutor pode fazer uso de duas estratégias diferentes, determinadas pela escolha do conector, quais sejam: i) estratégia de suspense que ocorre na restrição simples, marcada pelo emprego do conector adversativo, ‘mas’; ii) estratégia de antecipação que aparece na restrição por concessão, marcada pelos conectores ‘embora’, ‘mesmo que’, ‘apesar de’, ainda que.

A oposição é a relação lógica que se estabelece entre duas asserções, cujos termos se opõem dois a dois de maneira explícita e pertencem ao mesmo eixo temático. É muito importante não confundir com a restrição. Mais adiante essa questão será discutida e exemplificada.

A causalidade é marcada pela presença da conjunção causal, e coloca em evidência a relação de causa e consequência. Trata-se, portanto, de uma relação lógica entre duas asserções, de modo que uma implica a existência da outra.

(4) “Ela foi ao lanche, pediu kikão e adiantei o pedido dela. Ela ficou esperando por uns 40 minutos na parada. O motorista foi imprudente, parou em cima da faixa e a ignorou. Quando ele bateu nela, nós gritamos, ele acelerou e fugiu. Só foi parar perto do Caic da av. Autaz Mirim porque joguei a moto em frente do ônibus e, poucos minutos depois, três viaturas da polícia chegaram”, relatou. (Jornal A Crítica, 13/11/2017)

A causalidade nesse exemplo é marcada pelo uso do conector ‘porque’, o qual indica a causa e a consequência na declaração do falante. Nota-se que o fato do falante ter jogado a moto na frente do ônibus é o motivo que levou o motorista a parar o ônibus na avenida. Sendo assim, a existência da A2 depende de A1.

2.1. A restrição na visão de Charaudeau

A noção de restrição que a Gramática Tradicional trabalha refere-se à subordinação de orações adjetivas restritivas, o que é muito distante da proposta de Charaudeau. A restrição na concepção semiolinguística, envolve as categorias adversativas e concessivas da Gramática Tradicional e, além disso, corresponde “ao mecanismo sintático-semântico da *contrajunção*.” Nesse ponto é pertinente explicar que a ideia de junção para a Semiolinguística diverge mais uma vez da apresentada pela Gramática Tradicional. Para a Semiolinguística, a junção equivale à conexão que dentro do discurso se efetiva pelas operações lógicas de conjunção, disjunção, restrição, oposição e causalidade. É fato que aprendemos na escola que conjunção é umas das dez classes gramaticais que surgem nos períodos compostos por coordenação e subordinação. No entanto, na visão de Charaudeau, a conjunção é uma operação lógica que denota particularidades semânticas como adição, associação e reciprocidade. Desse modo, quando se faz referência ao termo *contrajunção* como um mecanismo sintático-semântico, entende-se que se trata de uma forma de fazer objeção, de expor uma contra expectativa, um contra-argumento, o que é característico da operação lógica de restrição.

“Sabe-se que a operação de restrição se baseia numa relação de causa e consequência cuja conclusão esperada é anulada e substituída por uma asserção contrária” (CHARAUDEAU, 2016, p. 211). Além disso, segundo a professora Monnerat (2001a, p. 130) “envolve três asserções (duas com um elemento constitutivo comum), a saber: a asserção de base e a asserção restritiva e a terceira asserção, geralmente implícita.” Vejamos no exemplo seguinte:

(5) Mesmo com alta do dólar, gasto de brasileiros no exterior sobe em abril. (Jornal Diário do Amazonas, 23/5/2017)

A asserção de base é ‘gasto de brasileiros no exterior sobe em abril’ e a asserção restritiva é ‘mesmo com a alta de dólar’; a asserção implícita é uma pressuposição – o valor do dólar está em baixa. Nota-se que essa asserção é anulada pela asserção restritiva introduzida pela concessiva ‘mesmo’. Nota-se que a estrutura do enunciado é composta por três asserções, sendo que a terceira asserção vem implícita e há um elemento constitutivo comum entre as duas asserções (de base e restritiva), que no caso é a questão econômica relacionada ao valor do dólar.

As marcas formais mais destacadas na restrição são, *mas*, *embora*, *mesmo que*, *ainda que*, *apesar de* etc. A diferença de emprego desses articuladores denota dois tipos de estratégias de relação: a da *antecipação* e a do *suspense*. A professora Monnerat (2001a, p. 129) explica que:

No caso do *mas*, o locutor emprega a estratégia do *suspense*, segundo a qual faz com que venha à mente do interlocutor a conclusão R, para depois introduzir o argumento (ou conjunto de argumentos) que irá levar à conclusão ~R. No caso do *embora*, o locutor utiliza a estratégia da *antecipação*, isto é, anuncia, de antemão, que o argumento introduzido pela concessiva vai ser anulado. A argumentação concessiva veicula pressuposições.

As adversativas, que denotam uma estratégia de *suspense*, são factuais, vêm construídas com verbos no modo indicativo e têm uma ordem fixa. Conforme o exemplo a seguir:

- (6) Uma viatura da Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM) também esteve no local, mas o ato foi pacífico. (Jornal A Crítica, 1/9/2017)

No exemplo acima, o ‘mas’ está posto depois da oração principal, o verbo está no pretérito do indicativo e indica um fato. Observa-se que há três asserções, sendo que a asserção implícita é negada pela asserção restritiva. Ou seja, uma vez que havia no local uma viatura da Polícia Militar e muitas pessoas protestando, era de se esperar que houvesse algum tipo de violência. Entretanto, essa inferência é anulada, pela frase seguinte introduzida pela adversativa. Portanto, tem-se uma estratégia de suspense, pois aquilo que se esperava no primeiro momento, não acontece a seguir. A ordem é fixa, pois o deslocamento da asserção altera a produção de sentido do enunciado.

As concessivas, por sua vez, denotam a estratégia de antecipação, não são factuais, vêm construídas com verbos no subjuntivo e possuem uma ordem variável. Fazendo uso do exemplo (4), pode-se dizer que a asserção de base resulta de uma pressuposição. De acordo com Cançado (2015, p. 39) “a pressuposição é um conhecimento compartilhado por falante/ouvinte, prévio à sentença proferida, ainda que seja desencadeado a partir desta”. Sendo assim, o locutor já antecipa que o resultado será negativo. Quanto à ordem é variável porque a mudança das asserções dentro da estrutura não compromete o sentido. Vejamos: Gasto de brasileiros no exterior sobe em abril, mesmo com alta do dólar.

2.2. Restrição vs Oposição

É muito comum a confusão entre restrição e oposição principalmente por causa da Gramática Tradicional. Por isso, nesse ponto, acredita-se ser pertinente fazer algumas considerações sobre as diferenças dessas duas operações lógicas. Referente a isso, a professora Monnerat (2001b, p. 89) afirma que:

Para Charaudeau, na operação de oposição, duas asserções são colocadas face a face; em cada uma delas, há, pelo menos, dois elementos constitutivos, semanticamente contrários dois a dois. As duas asserções se opõem de maneira explícita (não há nenhum enunciado implícito). Este fator é fundamental para distinguir oposição, de restrição, pois esta envolve três asserções (a terceira geralmente implícita) e aquela, apenas duas, já que a segunda asserção não nega nenhuma outra implícita, consequência da primeira, como ocorre na restrição.

Diante disso, compreende-se que há diferenças na estrutura das construções e que o sentido produzido pelos articuladores também diverge. Ou seja, na restrição há um elemento constitutivo que é comum as duas asserções (a de base e a restritiva) e o articulador nega a terceira asserção (que é frequentemente implícita). No caso da oposição, há dois elementos constitutivos e as duas asserções são semanticamente contrárias de forma explícita.

- (7) O presidente da Comissão do PSS, Ronaldo Prado, informa que os convocados para a função de médico veterinário e enfermeiro tomarão posse imediatamente. Os primeiros irão atuar no Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), enquanto os segundos em unidades de saúde a serem determinadas pelos Distritos de Saúde e na Maternidade Moura Tapajóz, Compensa, zona oeste. (Jornal O Diário do Amazonas, 16/10/2017)

Nota-se no exemplo acima a existência de duas asserções, cujos termos se opõem dois a dois de maneira explícita. Tem-se ‘os primeiros convocados’ na primeira asserção, e ‘os segundo convocados’ na segunda asserção; os primeiros ‘vão atuar no Centro de controle [...]’ e os segundos vão atuar ‘em unidades de saúde [...]’. É relevante notar que a mobilidade do articulador *enquanto* não altera essencialmente o sentido produzido.

2.3. As marcas linguísticas: mas, mesmo, embora, apesar de

A Língua Portuguesa é riquíssima em sua constituição e suas manifestações linguísticas, tanto na modalidade oral, quanto na modalidade escrita, são excelentes objetos para uma investigação científica, até porque a Gramática Tradicional não dar conta de explicar o uso de muitas marcas linguísticas em diferentes contextos. Nesse ponto, Monnerat (2001b, p. 81) explica que

[...] a gramática tradicional, em alguns casos, trata essas formas como elementos meramente relacionais (conectivos, como, pois, já que, embora, mas, porém, etc.) e em outros, como vocábulos que, segundo a NGB, não se enquadram em nenhuma das dez classes gramaticais. Bechara (1999, p. 291) denomina-os denotadores de inclusão (até, mesmo, também, inclusive); de exclusão (só, somente, apenas, senão, etc.); de retificação (aliás, isto é, ou melhor); de situação (afinal, então); Cunha (1985, p. 540) refere-se a palavras “por vezes enquadradas impropriamente entre os advérbios, às quais a NGB deu uma classificação à parte, mas sem nome especial” e Rocha Lima (1994, p. 177) chama-as palavras denotativas. Ocorre, porém, que são justamente essas “palavrinhas”, tradicionalmente descritas como meros elementos de relação, as responsáveis, em grande parte, pela força argumentativa dos textos.

Em outras palavras, o que a Gramática Tradicional prescreve é insuficiente para instrumentalizar o usuário da língua e torná-lo proficiente em sua língua materna. Nesse sentido, verifica-se a importância dos estudos semiolinguísticos propostos na Gramática de Sentido e de Expressão de Charaudeau. Nessa gramática são apresentadas as operações lógicas que se expressam por meio de conectores. No caso da operação lógica de restrição os conectores que marcam essas construções são os chamados operadores de contrajunção.

Os operadores de contrajunção contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias. Essa relação sintática é expressa, via de regra, por conectores que pertencem à área de oposição, como, mas, porém, todavia, entretanto, no entanto, não obstante, embora, ainda que, mesmo que, apesar de, se bem que etc., cujo conteúdo se opõe a algo explícito ou implícito em enunciados anteriores (MONNERAT, 2001b, p. 82)

Diante desses esclarecimentos, fica evidente que o sentido da palavra é construído dentro de determinado contexto, e no caso desses articuladores, a função de cada um vai muito além do que prescreve a Gramática Tradicional.

3. Metodologia

A metodologia adotada para realização do trabalho consistiu basicamente nas pesquisas bibliográficas, pesquisa documental e pesquisa analítico-descritiva.

Para o embasamento teórico, realizou-se a pesquisa de cunho bibliográfico em que foram consultados vários artigos de autores como Monnerat (2001), Machado (2005), Corrêa-Rosado (2016), Marcuschi (2003), e textos traduzidos do próprio teórico Charaudeau, destacando as obras *Linguagem e discurso: modos de organização* (2016) e *Gramática de Sentido e de Expressão* (1992).

Realizou-se também uma pesquisa documental em dois jornais do Estado do Amazonas: *O Diário do Amazonas* e *A Crítica* por via digital. Desses jornais foram selecionadas algumas reportagens, nas quais se identificou a ocorrência de uso dos conectores, mas, mesmo, embora e apesar de. Foram selecionados alguns recortes para exemplificar a operação lógica de restrição.

A análise dos dados foi qualitativa cujo procedimento prevê o pesquisador como um participante ativo, que interage em todo o processo, compreende, interpreta os dados a partir da significação das informações coletadas. Na análise dos dados aplicou-se a teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau.

4. Análise do *corpus*: aplicação da teoria

Para esse trabalho, usamos reportagens de dois jornais do Estado do Amazonas: *O Diário do Amazonas* e *A Crítica*. Dessas reportagens foram destacados os fragmentos em que encontramos exemplos de ocorrência de usos dos conectores, mas, embora, mesmo e apesar de que são as marcas formais da relação lógica de restrição. Esses exemplos foram analisados em termos das suas implicativas semânticas e da estrutura das relações, caracterizando cada uma das estratégias dessas relações.

4.1. Gêneros textuais: o gênero reportagem

Como já foi dito anteriormente, o gênero textual não pode ser confundido com o modo de organização do discurso, mas o gênero é o resultado da combinação de vários modos de organização. Para este trabalho foi selecionado o gênero reportagem que de fato caracteriza-se pela combinação dos modos descritivo, narrativo e argumentativo. Lembrando, que o modo enunciativo perpassa por todos esses modos citados. Antes, porém, vale lembrar que gêneros

São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa. No entanto, mesmo apresentando alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas em qualquer contexto discursivo, os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. (MARCUSCHI, 2003, p.19)

Isso significa que para os sujeitos é impossível a comunicação verbal sem o uso de um determinado gênero textual e que, portanto, há uma heterogeneidade de gêneros e esses gêneros são mutáveis, pois atendem à necessidade do ser humano para sua comunicação.

No campo dos gêneros textuais, a reportagem é classificada como um gênero jornalístico veiculado pelos meios de comunicação: jornais, revistas, televisão, internet, rádio,

dentre outros. O repórter é a pessoa que está incumbida de apresentar a reportagem que aborda temas da sociedade em geral. Assim, o propósito da reportagem é de informar ao mesmo tempo em que intenta interferir na opinião nos leitores, portanto, ela tem o efeito de formar opinião, tendo assim, um caráter social.

Por ser um texto expositivo, informativo, uma vez que expõe sobre um determinado assunto, com o intuito principal de informar o leitor; descritivo, narrativo, por descrever ações e incluir tempo, espaço e personagens; ou opinativo, porque o repórter apresenta juízos de valor sobre o que está sendo discorrido, a reportagem pode tanto se aproximar da notícia quanto dos artigos opinativos, porém, não deve ser confundida com eles.

A reportagem tem como característica diferencial o jornalismo opinativo e, portanto, é sempre assinado pelos repórteres, enquanto as notícias são textos impessoais que possuem o intuito de somente informar o leitor de um fato atual ocorrido.

As marcas linguísticas analisadas foram extraídas de reportagens de dois jornais do Amazonas e recortados os contextos discursivos em que se ocorreu a operação lógica de restrição. Procederemos a seguir às análises.

4.2. Restrição concessiva – estratégia de antecipação

Inicialmente vejamos um exemplo com o conector ‘mesmo’ que possui diferentes funções de acordo com as gramáticas e os dicionários da Língua Portuguesa. Nesse caso, é classificado como uma conjunção concessiva.

(8) Terceirizados do João Lúcio protestam após dispensa mesmo com salários atrasados.
(Jornal A Crítica, 1/9/2017)

Nesse caso temos o emprego do mesmo no sentido de embora, apesar de. Logo de início, observa-se a ordem na estrutura da construção frasal. Não é rígida. Ou seja, pode-se dizer: “Mesmo com salários atrasados, terceirizados do João Lúcio protestam após dispensa” sem que haja prejuízo na produção de sentido. Ainda se observa que a asserção de base anunciada pelo locutor (terceirizados são dispensados) denota uma pressuposição, (os salários estão em dia) e a restritiva anula essa asserção implícita. Sendo assim, tem-se a estratégia de antecipação, porque o locutor não cria expectativa, mas anuncia antecipadamente através da concessiva, que o argumento será anulado. Conforme a professora Monnerat (2001b, p. 84) nesse caso “o locutor utiliza a estratégia da antecipação, isto é, anuncia, de antemão, que o argumento introduzido pela concessiva vai ser anulado.” A seguir, tem-se um caso de restrição com o conector ‘embora’ que também tem uma função de conjunção concessiva na Gramática Tradicional.

(9) Segundo o neto do escritor, Thiago Erse, o avô gozava de plena lucidez, embora com a saúde limitada por conta da idade. “Em sua última internação, em fevereiro passado, descobrimos que ele estaria sofrendo de uma doença aguda de pulmão - uma fibrose pulmonar, progressiva, que seria terminal. Podemos, graças ao bom Deus, conviver esses quase três meses com ele, apesar das dificuldades, já que ele ficou dependente de oxigênio artificial. No seio familiar, ele recebeu bastante amor e carinho”, pontua. (Jornal A Crítica, 15/6/2017)

Nota-se que a asserção implícita é uma pressuposição que podemos inferir que o avô tinha uma boa saúde, uma vez que gozava de plena lucidez. No entanto, o locutor apresenta

uma conclusão contrária ao que está implícito. Nesse caso, há uma restrição por concessão que, devido ao uso do conector *embora*, caracteriza a estratégia de antecipação. Por fim, vejamos um exemplo de restrição com mais uma conjunção concessiva.

- (10) Apesar de ser o maior Estado do País em extensão territorial, o Amazonas conta com apenas 16 entrepostos de carne e nove matadouros bovinos regulares, prestando serviços em dez municípios, conforme a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal (Adaf). Isto quer dizer que 52 cidades amazonenses consomem carne de abatedouros clandestinos, com condições precárias de higiene. (Jornal A Crítica, 26/6/2017)

Nesse caso, o locutor, por meio do articulador *apesar de*, já enuncia de forma antecipada que o resultado da asserção implícita será negado. Daí, fica evidente que há uma restrição por concessão. Na asserção de base, o locutor afirma que o Amazonas tem apenas 16 antepostos de carne e nove matadouros bovinos regulares que prestam serviços em dez municípios. Esse enunciado resulta da pressuposição de que o Amazonas é um Estado com pouco extensão territorial. Porém, a asserção restritiva que inicia o discurso já deixa claro que essa pressuposição (que está implícita) não é verdadeira. Nesse enunciado, tem-se, portanto, a estratégia de antecipação.

Observa-se que a pressuposição está nas asserções concessivas. Monnerat (2001a, p. 129) explica que “A argumentação concessiva veicula pressuposições.” Além disso, percebe-se que os conectores concessivos estão presentes nas relações lógicas de restrição em que o locutor utiliza a estratégia de antecipação. É importante ressaltar que, no caso da estratégia de antecipação, é possível alterar a ordem dos enunciados, sem prejudicar a produção de sentido. Por fim, Monnerat (2001b, p. 83) esclarece que “A articulação sintática de oposição que utiliza a subordinação concessiva tem, pois, um efeito de modalização, visto preparar, com antecedência, o destinatário para uma conclusão contrária à inicialmente esperada.” Essa ideia é proposta por Schnedecker (1992) que “assinala, ainda, que, quando situada no início da argumentação, a concessão é uma estratégia “preventiva”. O locutor estabelece uma espécie de “conivência argumentativa”, resguardando-se contra objeções fortes, ou poupando a face do outro”, ao que se chama de ‘pseudo generosidade’. Prosseguiremos com alguns exemplos de restrição simples.

4.3. Restrição simples – estratégia de suspense

A restrição simples traz em sua estrutura o conector, ‘mas’ que para a Gramática Tradicional é uma conjunção adversativa.

- (11) Alguns dos disparos atingiram a criança e o tio da vítima, identificado como Alexandre da Silva Maquine. Após efetuar os disparos, o suspeito fugiu do local do crime. Ambas as vítimas foram socorridas e conduzidas ao Serviço de Pronto Atendimento (SPA) da Galiléia, no Monte das Oliveiras, Zona Norte, mas não resistiram aos ferimentos e morreram. (Jornal A Crítica, 18/6/2017)

Nesse exemplo o conector, ‘mas’ denota uma relação de restrição simples, em que o falante faz uso da estratégia de suspense, ou seja, a segunda asserção, introduzida por ‘mas’, frustra a expectativa do destinatário. Porque se é dito que as vítimas foram socorridas, cria-se, por parte do destinatário, a expectativa de que elas estão vivas. No entanto, esse desejo que está implícito no enunciado é frustrado pela simples negação: ‘não resistiram aos ferimentos.’

É importante esclarecer que o conector, ‘mas’ tem características específicas. De acordo com Monnerat (2001a, p. 129) o ‘mas’ argumentativo, em sentido estrito, equivale à adversativa, no entanto, há um segundo tipo “que possui valor pragmático de retificação, ou ainda, de justificação de uma recusa e vem sempre posposto a uma proposição negativa e pode ser substituído por ‘ao contrário’. Como mostra o trecho abaixo.

(12) Amazonino e Bosco alegaram que o adiamento da posse indica a pretensão de manter em vigor o governo interino, “constitucionalmente ilegítimo diante da eleição democrática”. Eles alegaram que o Artigo 50 da Constituição do Estado do Amazonas, ao estabelecer que o governador e o vice tomarão posse perante a Assembleia Legislativa do Estado, não deixa na mão do órgão legislativo a definição sobre o dia em que se dará posse aos titulares do Poder Executivo, “mas, sim, que à Casa Legislativa é determinado cumprir essa tarefa na primeira oportunidade em que isto se mostrar possível”. (Jornal O diário do Amazonas, 3/10/2017)

Para enfatizar a complexidade dessa marca linguística, Monnerat (2001b, p. 84) informa que “Ducrot dedicou grande parte de seu trabalho ao operador, mas, que ele considera o operador por excelência. Segundo o autor, o mas pode exprimir um movimento psicológico entre crenças, opiniões, emoções, desejos, quando estes se orientam em sentidos contrários”.

Assim, compreende-se que na restrição simples o locutor usa da estratégia de suspense e que nessa relação lógica o conector, ‘mas’ é a principalmente marca linguística e deve ser analisado cuidadosamente, pois, dependendo do contexto linguístico, pode produzir efeitos distintos.

Considerações parciais

Diante do que foi exposto, chegou-se a algumas conclusões importantes sobre a perspectiva da Semiologia para o estudo da linguagem. Retomando de forma sucinta, reitera-se que o ato de linguagem resulta de uma relação entre o que está explícito na forma e o implícito que provém das circunstâncias de produção/interpretação desse ato linguístico, o sentido. Assim sendo, a Semiologia é vista como uma teoria interdisciplinar por tratar da Linguagem considerando seus elementos linguísticos e extralinguísticos e por tomar como objeto de análise os mais variados tipos de discursos presentes nos mais diversificados gêneros textuais.

Para os semiologistas, o ato de linguagem se realiza por meio do processo de semiótica do mundo que possibilita a ação do sujeito falante transformar o “mundo a significar” (o externo/referencial) no mundo significado (sentido). Dessa forma, o mundo significado é o objeto do ato de linguagem que possibilita a comunicação entre o sujeito falante e o seu destinatário. Nesse ato de comunicação é imprescindível que haja um contrato entre os interlocutores, o que possibilita que os indivíduos pertencentes ao mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguísticas dessas práticas sociais.

Os componentes desse contrato de comunicação são três: o comunicacional, o psicossocial e o intencional. O comunicacional refere-se à finalidade do ato comunicativo e determina a presença do sujeito falante e o que vai dizer; o psicossocial determina a identidade dos sujeitos no “jogo comunicativo” e o intencional relaciona-se às circunstâncias em que se efetiva o ato de comunicação. Nessa perspectiva a comunicação é considerada uma

encenação em que os sujeitos do ato de linguagem são atores sociais que usam máscaras e estratégias conforme a situação comunicativa.

Assim, para que o ato de comunicação se concretize os protagonistas da enunciação fazem uso de textos, que é a manifestação material da língua numa dada situação, que são o resultado dos diferentes modos de organização do discurso. Para Charaudeau, há quatro modos de organização de discurso: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo. Cada um desses modos tem sua função de base e um princípio de organização.

O modo argumentativo consiste em expor e provar casualidades numa visão racionalizante com o propósito de influenciar o interlocutor. Para que possa alcançar esse objetivo é utilizada uma organização da lógica argumentativa. Assim, a encenação argumentativa utiliza-se das operações lógicas que são operações de pensamentos nas quais se constroem uma relação de interdependência entre duas asserções, ou seja, a existência de uma depende da existência da outra e vice-versa. Há cinco categorias: a conjunção, a disjunção, a restrição, a oposição e a causalidade, esta última agrupando as subcategorias: implicação, explicação e hipótese. “A operação de restrição se baseia numa relação de causa e consequência cuja conclusão esperada é anulada e substituída por uma asserção contrária” (CHARAUDEAU, 2016, p. 211).

Diante desses pressupostos teóricos e a partir dos dados coletados foram feitas as análises que demonstraram a ocorrência da operação lógica de restrição nas reportagens selecionadas e foi comprovado que nos processos de produção e de interpretação devem ser considerados não só as marcas linguísticas, no caso os conectores, mas também a intencionalidade do comunicante/enunciador e a interpretação do interpretante/destinatário dentro de uma determinada situação de comunicação, pois todo ato de linguagem tem uma dupla dimensão, a dimensão implícita e a dimensão explícita, que deve ser analisada.

ABSTRACT: This paper presents a study on logical operations with an emphasis on the so-called restriction operation, as proposed by Patrick Charaudeau in his *Grammar of Meaning and Expression* (1992). The main goal was to investigate the linguistic contexts in which the connectors, but, although, even though and despite, are present. In the theoretical basis, several authors such as Monnerat (2001), Machado (2005), Corrêa-Rosado (2016) were consulted. The analyzes have proved that the connectors, but, although, and even though, promote the occurrence of logical constraint operations.

Keywords: Logical operations; Restriction; Conectors.

Referências

CANÇADO, Márcia. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Tradução: Ângela M.S. Corrêa & Ida Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette Education, 1992.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M.A.L.; GAVAZZI, S. (Orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27.

CORRÊA-ROSADO, Leonardo Coelho. Teoria semiolinguística: alguns pressupostos. *Revista Momento do Mestrado em Letras Linguagem, Discurso e Cultura* – Universidade Vale do Rio Verde. UNINCOR ISSN 2317-6911V. 05, N. 2 (julho-dezembro de 2014). Disponível em: <<http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/1826>> acesso em 21 nov. 2017.

MACHADO, Ida Lúcia. A semiolinguística de Patrick Charaudeau: uma interessante opção de análise discursiva. *Revista Contexto do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo*. 1992. Disponível em: <www.periodicos.ufes.br/contexto/article/view/7041>. Acesso em 11 nov. 2017.

_____. Algumas reflexões sobre a teoria semiolinguística. *Revista Letras & Letras da Universidade Federal de Uberlândia*. Jul/dez de 2006. p. 13-21. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25229>> acesso em 20 nov. de 2017.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, Maria A. (Orgs.) *Gêneros Textuais e Ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 19-36.

MONNERAT, Rosane Santos Mauro. A expressão da contra (dis)junção no texto publicitário: implicações semântico-discursivas. *Revista Linguagem & Ensino*, Vol. 4, N°. 2, 2001. p. 123-142. Disponível em: <www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rle/article/download/258/224>. Acesso em 11 nov. 2017.

_____. A articulação de orações através de mecanismos de oposição. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso afro brasileiros da PUC Minas*. Vol.5, N°. 9, Belo Horizonte, 2001. p. 77-91. Disponível em: <periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/1176>. Acesso em 11 nov. 2017.

Data de envio: 06/04/2019

Data de aceite: 07/10/2019